

## O uso incorreto do anticoncepcional de emergência (AE), e a contribuição da orientação farmacêutica

The incorrect use of emergency contraceptives (AE), and the contribution of pharmaceutical guidance

El uso incorrecto de los anticonceptivos de emergencia (AE), y el aporte de la orientación farmacéutica

Recebido: 03/10/2022 | Revisado: 23/10/2022 | Aceitado: 26/10/2022 | Publicado: 30/10/2022

**Eleidiane Ferreira da Silveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2467-0589>

Faculdade Integrada Carajás, Brasil

E-mail: [eleidianeferreira121087@gmail.com](mailto:eleidianeferreira121087@gmail.com)

**Rithyelle-Lannucy Sousa Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1643-3033>

Faculdade Integrada Carajás, Brasil

E-mail: [lannucysousa@live.com](mailto:lannucysousa@live.com)

**Yolanda de Jesus Morais**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7105-8267>

Faculdade Integrada Carajás, Brasil

E-mail: [yolandamorais123@gmail.com](mailto:yolandamorais123@gmail.com)

### Resumo

Dentre os métodos contraceptivos medicamentosos comercializados no Brasil, tem-se a contracepção de emergência a conhecida “pílula do dia seguinte” na qual é utilizada para evitar gravidez indesejada. A indicação desse fármaco prevê circunstâncias atípicas como o uso incorreto de outro método contraceptivo e em situações que remetem ao abuso sexual ou estupro. Portanto, o uso indiscriminado pode acarretar problemas para saúde da mulher. Entende-se que a facilidade no acesso a compra deste medicamento possibilita a automedicação o que se torna um problema de saúde pública. Nesse aspecto, a orientação farmacêutica é fundamental para romper com a cultura de automedicar-se indiscriminadamente, evitando, assim, complicações a saúde da mulher decorrentes do uso inadequado deste medicamento. Sabe-se que o farmacêutico é um profissional imprescindível para garantir a dispensação de medicamentos/produtos de forma eficaz. Importante salientar que mesmo o medicamento sendo de venda livre ou fitoterápico possuem contraindicações que podem comprometer a saúde do consumidor. Assim sendo, o objetivo do estudo foi discorrer sobre os malefícios do uso incorreto do anticoncepcional de emergência, bem como a importância da orientação farmacêutica para o uso correto da pílula do dia seguinte. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo subsidiada por artigos de revistas eletrônicas publicados no período de 2016 a 2022 na qual discorrem sobre a temática proposta. Evidenciou-se que o uso de anticoncepcional de emergência de forma indiscriminada pode acarretar problemas para saúde da mulher, outrossim, que quando a usuária é orientada pelo profissional de farmácia sobre o uso do fármaco, o índice de automedicação é reduzido.

**Palavras-chave:** Anticoncepcional de emergência; Farmacêutico; Automedicação.

### Abstract

Among the medicated contraceptive methods marketed in Brazil, there is emergency contraception, the well-known "morning after pill" in which it is used to prevent unwanted pregnancy. The indication of this drug provides for atypical circumstances such as the incorrect use of another contraceptive method and in situations that refer to sexual abuse or rape. Therefore, indiscriminate use can lead to problems for women's health. It is understood that the ease of access to purchase this medication enables self-medication, which becomes a public health problem. In this aspect, pharmaceutical guidance is essential to break with the culture of indiscriminately self-medicating, thus avoiding complications to women's health resulting from the inappropriate use of this medication. It is known that the pharmacist is an essential professional to ensure the effective dispensing of medicines/products. It is important to note that even the medicine being over-the-counter or herbal has contraindications that can compromise the health of the consumer. Therefore, the objective of the study was to discuss the harm caused by the incorrect use of emergency contraceptives, as well as the importance of pharmaceutical guidance to reduce indiscriminate self-medication. This is a descriptive bibliographic research supported by articles from electronic journals published from 2016 to 2022 in which they discuss the proposed theme. It was evidenced that the indiscriminate use of emergency contraceptives can

lead to problems for women's health, moreover, that when the user is guided by the pharmacy professional about the use of the drug, the self-medication rate is reduced.

**Keywords:** Emergency contraceptive; Pharmaceutical; Self-medication.

### Resumen

Entre los métodos anticonceptivos medicados comercializados en Brasil, se encuentra la anticoncepción de emergencia, la conocida "píldora del día después" en la que se utiliza para prevenir embarazos no deseados. La indicación de este fármaco prevé circunstancias atípicas como el uso incorrecto de otro método anticonceptivo y en situaciones que remitan a abuso sexual o violación. Por tanto, el uso indiscriminado puede acarrear problemas para la salud de la mujer. Se entiende que la facilidad de acceso a la compra de este medicamento posibilita la automedicación, lo que se convierte en un problema de salud pública. En este aspecto, la orientación farmacéutica es fundamental para romper con la cultura de la automedicación indiscriminada, evitando así complicaciones en la salud de la mujer derivadas del uso inadecuado de este medicamento. Se sabe que el farmacéutico es un profesional imprescindible para garantizar la dispensación eficaz de medicamentos/productos. Es importante señalar que incluso el medicamento de venta libre o a base de hierbas tiene contraindicaciones que pueden comprometer la salud del consumidor. Por lo tanto, el objetivo del estudio fue discutir los daños causados por el uso incorrecto de los anticonceptivos de emergencia, así como la importancia de la orientación farmacéutica para reducir la automedicación indiscriminada. Se trata de una investigación bibliográfica descriptiva sustentada en artículos de revistas electrónicas publicadas entre 2016 y 2022 en los que se discute el tema propuesto. Se evidenció que el uso indiscriminado de anticonceptivos de emergencia puede acarrear problemas para la salud de la mujer, además, que cuando la usuaria es orientada por el profesional de farmacia sobre el uso del medicamento, se reduce el índice de automedicación.

**Palabras clave:** Anticonceptivo de emergencia; Farmacéutico; Automedicación.

## 1. Introdução

No mercado atual, existem vários tipos de métodos contraceptivos. Entre os métodos podemos citar o por barreira física como o uso de preservativos ou camisinha, os hormonais tendo como maior exemplo os anticoncepcionais orais de uso regular. Pode se ter ainda contracepção por auxílio de dispositivos intrauterinos como o DIU ou até mesmo uma contracepção por método definitivo por meio de cirurgia (laqueadura tubaria) entre outros. Usa-se métodos nomeados contraceptivos para a prevenção de uma gravidez não programada. Atuam por meio de barreiras entre a penetração dos espermatozoides aos óvulos (Souza et al., 2016).

Os métodos contraceptivos fazem parte das técnicas preventivas contidas no planejamento familiar preconizado pelo Ministério da Saúde as quais são constituídas por fatores socioculturais, biológicos e antropólogos. A Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 discorre sobre a educação sexual e a saúde reprodutiva, abordando a distribuição gratuita de métodos contraceptivos. Portanto, a utilização desses métodos está preconizada por lei tornando-se um direito de todos os cidadãos em fase reprodutiva (Lacerda et al., 2019).

Segundo os estudos de Lacerda, et al., (2019) o Ministério da Saúde oferece gratuitamente oito tipos de contraceptivos, dentre eles preservativos, contraceptivo de emergência e oral, dispositivo intrauterino (DIU) e o diafragma. Tais contraceptivos possuem uma única finalidade que é prevenir a gravidez após o ato sexual, tornando-se barreiras para que o espermatozoide não penetre o óvulo.

O contraceptivo de emergência foi elaborado no ano de 1972 pelo médico Albert Yuzpe, trata-se de uma combinação química de estrogênio e progesterona com o objetivo de prevenir a gravidez em casos de estupro. O fármaco no ano de 1996 foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA e incluso nas normas técnicas do programa de planejamento familiar (Pêgo; et al., 2021).

O anticoncepcional de emergência (AE) são indicados para emergências após o coito desprotegido, agressão sexual ou falha contraceptiva. No entanto, tornou-se uma prática comum o uso da famosa "pílula do dia seguinte" não havendo observância aos malefícios que o uso indiscriminado traz para saúde da mulher como o câncer de mama e colo uterino, podendo levar também a infertilidade.

A procura pela pílula de emergência bem como uso abusivo tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Isto pode ser justificado pela facilidade em adquirir o medicamento em farmácias e drogarias e dispensabilidade da receita médica para comprá-la. Devido à facilidade ao acesso a esse medicamento, muitas mulheres acabam utilizando essa pílula como o único método de prevenção, o que caracteriza o uso irracional, já que a forma adequada para utilização é apenas em casos de intercorrências quanto à alternativa comum de contracepção (Rebelo et al., 2021).

O AE é um método altamente eficaz, no entanto, não é um medicamento de uso contínuo, havendo outros fármacos de uso diário, porém, percebe-se um número significativo de mulheres adolescentes que fazem o uso de forma irracional. Destaca-se que a automedicação é um problema de saúde pública e precisa de atenção por parte da sociedade e dos profissionais de saúde.

Várias são as maneiras de a automedicação ser praticada: adquirir o medicamento sem receita, compartilhar remédios com outros membros da família, do círculo social ou utilizar sobras de prescrições, reutilizar antigas receitas e descumprir a prescrição profissional, prolongando ou interrompendo precocemente a dosagem e o período indicado na receita (Loyola Filho et al., 2016).

Tal prática significa um problema de saúde pública, pois denotam variados pontos negativos como efeitos adversos, reações alérgicas, intoxicações, interações medicamentosas e pode retardar o diagnóstico de uma patologia (Teles Filho et al., 2016).

No Brasil, aproximadamente 35% dos medicamentos comercializados, prescritos ou dispensados são inadequadamente consumidos e cerca de 20 mil pessoas morrem ao ano em sua decorrência (Pereira Junior et al., 2016).

Nesse aspecto, a assistência farmacêutica é definida como uma importante ferramenta de atenção à saúde prevenindo a recorrência de enfermidade e a automedicação. A intervenção farmacêutica possibilita o uso racional de medicamentos, através do conhecimento da eficácia, segurança e economia. A atenção farmacêutica constitui-se uma modalidade de atendimento profissional em que o farmacêutico exerce um papel importantíssimo na relação “cliente-medicamento”, ajudando-o na escolha correta e na dispensação do medicamento prescrito. Partindo do preceito que muitas mulheres utilizam os anticoncepcionais de emergência de forma equivocada e sem conhecimento, este estudo propôs realizar uma revisão da literatura científica, com o objetivo de evidenciar a importância do farmacêutico na orientação e descrever riscos associados ao uso inadequado da Contracepção de Emergência.

## **2. Metodologia**

Trata-se de uma Revisão de Literatura (Azevedo, 2019), tendo como questão norteadora a existência de evidências sobre a importância do farmacêutico na orientação quanto ao uso correto dos Contraceptivos de Emergência descrevendo assim os riscos associados ao seu uso inadequado.

O recorte temporal abrangeu artigos publicado entre os anos de 1994 a 2022. Buscou-se estudos publicados nas bases Cochrane Library, Epistemonikos, Health Evidence, Health Systems Evidence, Biblioteca Virtual de Saúde e Google Scholar. Para a estratégia de busca, utilizou-se os descritores “Emergency contraceptive and Pharmaceutical guidance” e “Self-medication”, adaptados ao Medical Subject Headings (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), associados com operadores booleanos “AND” e “OR”. Restringiu-se a pesquisa a língua portuguesa.

Utilizou-se como critérios de exclusão: artigos publicados fora do recorte temporal, artigos que não condiziam com a temática pesquisada e artigos publicados em outros idiomas que não seja o português.

### 3. Resultados e Discussão

A década de 90 é alvo de vários debates importantes para saúde da mulher, impulsionado pelas Conferências do Sistema ONU. A Conferência Internacional de Direitos Humanos em Viena no ano de 1993, afirma que as violações dos direitos das mulheres são consideradas violação dos direitos humanos. Já a Conferência do Cairo, em 1994, recomendou que os países se comprometessem na oferta de ações para garantir os direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres (Brasil, 1994).

Nesse aspecto, os métodos contraceptivos constituem-se direitos da mulher em período reprodutivo, sendo ofertado pelo Sistema Único de Saúde-SUS. A disponibilidade dos contraceptivos para o sexo feminino e masculino foi inserido na Política Nacional de Planejamento Familiar em 1996, tornando obrigatória a disponibilização de métodos contraceptivos e informações pertinentes à contracepção (Pêgo; et al., 2021).

Os métodos contraceptivos têm como objetivo evitar gravidez não planejada. Importante salientar que havendo o contato sexual há possibilidades da mulher engravidar e entende-se que para uma gravidez é preciso analisar questões financeiras, psicológicas, sociais entre outros fatores, pois essa criança irá precisar. Portanto, conforme a política de Planejamento Familiar uma gestação precisa ser planejada entre os parceiros para que o filho seja assistido em todas as suas necessidades (Garcia; et al., 2015).

A falta de planejamento familiar vem trazendo muitos problemas à sociedade, inúmeros abortos induzidos que contribuem para taxa de mortalidade materna, crianças nascendo em lares muitas vezes desestruturados, acarretando traumas psicológicos, abusos sexuais, dentre outras situações indesejadas (Garcia et al., 2015, p. 101).

Quando se retrata que uma gravidez foi indesejada, essa envolve vários aspectos, mas um bem frequente diz respeito ao não uso ou conhecimento dos métodos contraceptivos o que evitariam a gestação. Destaca-se ainda, o receio de algumas mulheres em procurar as Unidades Básicas de Saúde em busca desses métodos. É importante ressaltar, que a cultura machista impregnada na sociedade ainda contribui para que mulheres não falem abertamente sobre a sexualidade, o que se torna fundamental romper com esse ciclo (Garcia; et al., 2015).

O planejamento familiar é uma das áreas de saúde pública, isso porque, o aumento de gravidez indesejada ou não planejada gera inúmeros problemas socioeconômicos para o país, portanto, cabe aos profissionais de saúde discutir e incentivar o uso de contraceptivos, e dentre estes a pílula do dia seguinte. Trata-se de um direito sexual e reprodutivo que não pode ser rompido pela negligência profissional (Gomes, 2014).

Atualmente existem diversos medicamentos de contracepção e de acordo com estudos 85,4% da população feminina em idade fértil fazem uso de métodos contraceptivos. A contracepção oral é a mais utilizada, trata-se de pílulas combinadas e pílulas sem estrogênio, trata-se de um método altamente eficaz, seguro e reversível. As pílulas produzidas nos dias atuais possuem baixa dosagem de dois hormônios, o estrogênio e a progesterona. Além dos métodos hormonais tem os de barreira onde estão inclusos a camisinha feminina e a masculina, o diafragma e os espermicidas (Costa et al., 2021).

O anticoncepcional de emergência-AE consiste no fármaco utilizado após uma relação sexual desprotegida com o intuito de evitar uma gravidez indesejada. Esse tipo de contraceptivo foi desenvolvido no século XX. Segundo estudos o uso do AE deve ser somente em caso de emergência, não se trata de um medicamento de uso contínuo ou prolongado, isso porque existe contraindicações e o uso inadequado pode trazer malefícios a saúde da mulher.

Em conformidade Costa et al. (2021) afirma que AE constituem em medicamentos hormonais que devem ser usados por curto prazo. Esse fármaco pode interromper a ovulação e a penetração de espermatozoides por alguns dias após o coito sexual sem uso de outros métodos contraceptivos ou violência sexual.

A dosagem do AE consiste em duas pílulas e a primeira deve ser ingerida até 72h após o ato sexual, a segunda dose deve chegar até 12 horas, importante destacar que quanto maior for o atraso, menor sua eficácia. Os fármacos oferecidos no Brasil são de levonogestrel, em dose única (1,5mg) ou de dias doses (0,75mg), que é um tipo de progesterona sintética.

Nesse sentido, Lahmann e Ecker (2021) afirmam em seu estudo que o uso do AE após 72 horas entre a relação sexual desprotegida e a ingestão do medicamento, ou até mesmo o uso recorrente, diminui sua eficácia, podendo ser fator de crescimento de gravidez não planejada.

A eficácia do levonogestrel está no pequeno tempo de tratamento e pela dosagem hormonal administrada que é segura, no entanto, irá depender do momento do ciclo menstrual que a mulher se encontra. Dessa forma, o fármaco poderá interferir na penetração espermática, modificando o muco cervical, podendo inibir ou retardar a ovulação ou ainda impossibilitando a permanência do óvulo no útero. No entanto, é importante frisar que o AE não é abortivo, visto que sua atuação ocorre antes da fecundação (Medeiros, 2019).

Segundo Portela (2015, p.19) “a pílula do dia seguinte impede a fecundação do óvulo e não há índices que ela atua após esse evento, pois ela age impedindo a migração sustentada dos espermatozoides. Não havendo encontro os gametas masculinos e feminino, e nem indicadores sobre o envolvimento do endométrio”. Eliminando assim toda falácia sobre ser um fármaco abortivo.

Evidencia-se um mito sobre o AE tanto por profissionais de saúde que acreditam que o medicamento seja uma “bomba” hormonal e também por parte de muitas mulheres que em detrimento da religião designam o anticoncepcional como abortivo. Nesse sentido, é importante frisar que o método é seguro e quando usado de forma adequada não traz prejuízos à saúde, possuindo poucas reações adversas graves. Porém, é fundamental que ocorra orientação profissional quanto ao uso do contraceptivo, assim evita-se a automedicação e complicações a saúde ou até mesmo uma gravidez indesejada (Portela, 2015).

Para Portela (2015) os efeitos colaterais do AE a base de levonogestrel são mais leves do que muitos outros contraceptivos de emergência. Porém, as reações mais frequentes são: alteração do ciclo menstrual, náuseas, tonturas, depressão, sensibilidade nas mamas, vômitos, perda da libido, dores de cabeça, entre outros. O uso frequente e indiscriminado desse fármaco pode causar transtornos menstruais e alterações significativas do período fértil, e em casos mais severos a infertilidade.

O uso do AE não interrompe outros métodos contraceptivos, isso significa que se pode fazer o uso de outros contraceptivos após o uso da “pílula do dia seguinte”. A AE não é de uso frequente, sendo indicada apenas para situações de emergência, trata-se de um contraceptivo alternativo para ser utilizado em momentos específicos. Além disso, o AE é contraindicado para mulheres grávidas, que possuam doença hepática, câncer de mama, hipersensibilidade a esse tipo de hormônios, entre outras causas descritas em sua bula (Oliveira & Rodrigues Júnior, 2021).

Segundo os estudos de Carmo e Duarte (2017) a maioria das consumidoras de AE são adolescentes e jovens. Desta são maioria mulheres com pouca escolaridade, baixo poder econômico e que não possuem informações sobre o uso correto do AE, utilizando o mesmo sem orientação ou prescrição médica. Evidenciou-se, em estudos com mulheres universitárias, que quanto menor a idade, maior a ocorrência de uso do método. Destacando-se que as mesmas, em sua maioria, não faziam uso de nenhum tipo de contraceptivo.

O número significativo de adolescentes que tem relação sexual desprotegida demonstra a falta de conhecimento dos mesmos sobre o seu corpo e principalmente sobre os métodos contraceptivos, os tabus contribuem para uma iniciação sexual sem preparo ou informações necessárias sobre como evitar uma gravidez indesejada. No entanto, estudos evidenciam a disseminação entre os jovens sobre a “pílula do dia seguinte”, eles utilizam o fármaco porque um colega ou uma colega falou sobre tal contraceptivo. Não há conhecimentos sobre os efeitos colaterais, sobre o uso correto e sobre outros tipos de

contraceptivos que podem ser usados diariamente, importante destacar que dentre os métodos a camisinha é a única que além da gravidez previne as doenças sexualmente transmissíveis (Queiroz et al., 2016).

Entende-se que o baixo conhecimento sobre o AE contribui para o pouco acesso das mulheres a esse método o que pode progredir para abortos inseguros, o que é um dos fatores de mortalidade e morbidade materna. Portanto, é fundamental que as políticas públicas e os profissionais de saúde abordem de forma educativa os métodos contraceptivos de emergência, pois caso a mulher tenha uma relação desprotegida poderá recorrer a esse método que tem eficácia comprovada (Oliveira & Júnior, 2021).

A ausência de informações sobre o AE torna-se preocupante, isso porque, a quantidade elevada de hormônios que esses fármacos possuem em sua fórmula tornam sua indicação somente em casos excepcionais, ou seja, em emergências. A não obrigatoriedade de apresentação de prescrição médica facilita o acesso e uso do medicamento de forma indiscriminada. O uso do AE, de acordo com estudos, acontece de forma livre, ou seja, a mulher automedica-se (Matsuoka & Giotto, 2019).

De acordo com os estudos de Cordeiro Júnior e Abreu (2021) no Brasil, conforme dados do Conselho Federal de Farmácia, cerca de 77% das pessoas relatam o uso de medicamentos sem prescrição médica. A prática de automedicação é entendida como autocuidado, no entanto, essa prática pode trazer consequências gravíssimas a saúde humana seja individual ou coletiva. A prescrição médica é um instrumento necessário para coibir essa prática, no entanto, têm-se o farmacêutico como profissional habilitado para orientações sobre o uso correto de fármacos que dispensam a indicação médica (Freitas, 2020).

No Brasil, não se tem a cultura de procurar o farmacêutico para orientações sobre a administração de medicamentos, embora essa seja uma de suas atribuições. O farmacêutico é o profissional capacitado para administração de medicamentos, tendo a incumbência de atuar em prol da qualidade de vida e recuperação da saúde do indivíduo (Cordeiro Júnior & Abreu, 2021).

Quando a venda de medicamentos livres é acompanhada pela orientação de um farmacêutico significa redução dos riscos à saúde do paciente, além de propiciar economia, pois irá comprar o medicamento adequado à situação-clínica. O farmacêutico é um profissional imprescindível para garantir a dispensação de medicamentos/produtos de forma eficaz. Importante salientar que mesmo o medicamento sendo de venda livre ou fitoterápico possuem contraindicações que podem comprometer a saúde do consumidor (Dias et al., 2017).

Faz-se necessário que o profissional de farmácia reconheça o seu papel, bem como sua contribuição para melhoria da qualidade de vida do consumidor. A automedicação é outro problema decorrente do uso indiscriminado de medicamentos, na qual o farmacêutico pode inibir ou reduzir essa prática através de orientações farmacológicas na dispensação desse produto/medicamento.

A atenção farmacêutica é imprescindível para redução de problemas relativos a automedicação, isso porque o farmacêutico possui conhecimentos técnicos para orientar o consumidor na administração medicamentosa. A intervenção farmacêutica possibilita o uso racional de medicamentos, através do conhecimento da eficácia, segurança e economia (Andrade; et al., 2010).

A Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004 do Conselho Nacional de Saúde, diz que a assistência farmacêutica consiste em um conjunto de ações que visam a promoção, a recuperação da saúde, de forma individual e coletiva, utilizando-se de medicamento como insumo essencial, visando o acesso e consumo racional; nesse aspecto esse conjunto envolve pesquisa, conhecimento e estudo farmacológico, bem como a seleção, programação, aquisição, distribuição e dispensação de forma racional garantindo assim a qualidade do produto e serviços oferecidos visando a qualidade de saúde do consumidor (Brasil, 2004).

Em análise a Resolução fica compreendido que a assistência farmacêutica é um conjunto amplo que envolve toda política de saúde pública. Já a atenção ou orientação farmacêutica diz respeito ao atendimento individualizado. Sendo assim, a atenção ao usuário é imprescindível para garantir a eficácia do medicamento, bem como evita a automedicação (Brasil, 2004).

A automedicação indiscriminada também é advinda das propagandas veiculadas na mídia na qual apresentam somente os benefícios de forma fantasiosa, mas não expõem os riscos e os malefícios que podem causar a saúde da pessoa. Essas propagandas contribuem para o uso irracional de medicamentos isentos de prescrição, sendo assim, é preciso que as indústrias de medicamentos insiram nessas propagandas a importância de se consultar um profissional farmacêutico para evitar o uso de forma inadequada e riscos à saúde.

De acordo com a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) o uso de medicamentos quando utilizados apropriadamente são essenciais para prevenção, diagnóstico, tratamento de patologias e controle de sinais e sintomas. Entretanto, quando utilizados erroneamente sem prescrição médica ou farmacêutica podem ser prejudiciais à saúde, causando intoxicações ou até mesmo levar ao óbito, essa prática se enquadra como uso irracional de medicamentos (Rodrigues, 2020, p. 1).

Geralmente os medicamentos isentos de prescrição médica são os indicados para patologias de alta incidência e de baixa gravidade, porém, apesar de serem medicamentos comprovadamente eficazes e seguros, caso seja administrado de forma incorreta pode acarretar riscos à saúde. Destaca-se que tais fármacos são isentos de prescrição e não de orientação, ou seja, a atenção farmacêutica é imprescindível para o uso correto de medicamentos.

Segundo Ferreira e Terra Júnior (2018) enfatiza que no Brasil aproximadamente um terço da população adulta automedica, em levantamento do Datafolha 76,4% dos brasileiros fazem automedicação e desses 32% aumentam a dosagem do medicamento com o objetivo de potencializar sua ação. Nesse aspecto, para o uso racional de fármacos que dispensam prescrições médicas deve ser realizada com assistência farmacêutica, para romper com essa prática perigosa.

O uso irracional de medicamentos constitui na compra indiscriminada e a utilização sem orientação profissional, entende-se que a automedicação é um problema de saúde pública, explicar sobre o uso correto do medicamento, seus benefícios e as reações adversas é fundamental para o uso consciente do medicamento, sendo assim, o farmacêutico contribuirá significativamente nesse processo (Ferreira & Terra Junior, 2018).

Corroborando com esse entendimento Lima e Guedes (2021, p. 3) afirma que:

A integração do profissional farmacêutico se faz necessária quando analisamos as ocorrências relatadas pertinentes ao mau uso de medicamentos, como reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações, efeitos que causam danos à saúde do paciente, e para que haja controle dessas substâncias que são um recurso terapêutico fundamental na recuperação e manutenção da saúde populacional, é necessário o trabalho em conjunto da equipe de saúde, contando com o profissional farmacêutico que atuando na orientação correta, promovendo o uso racional.

O farmacêutico é o profissional apto a orientar o usuário quanto a administração racional de qualquer tipo de fármaco, reduzindo, assim, as complicações à saúde em decorrência da automedicação. Ao procurar um farmacêutico você terá orientações seguras sobre os benefícios e as reações adversas provocadas por determinado medicamento. Outro fator importantíssimo é a facilidade de acesso a esse profissional, visto que o mesmo está presente em todas as drogarias e farmácias.

O Conselho Nacional de Saúde-CNS enfatiza a preocupação com o uso irracional de medicamentos e destaca a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, sendo um dos fatores principais para automedicação. Desta forma, a orientação farmacêutica é uma importante ferramenta para qualidade de vida do paciente e para consolidação dos objetivos constitucionais sobre o direito à saúde da pessoa humana (Barbosa & Nerilo, 2017).

A pesquisa evidenciou que a maioria das mulheres que utilizam o AE não possuem nem prescrição médica ou orientação farmacêutica. Tratando-se de um medicamento livre, a compra é feita de forma indiscriminada, sendo assim, a atenção farmacêutica à essa mulher consumidora é fundamental para que a mesma tome conhecimento do uso adequado desse medicamento evitando assim, complicações futuras.

O uso exacerbado e frequente do AE demonstra que o mesmo não é utilizado com orientação profissional e não atende a sua finalidade que se trata do uso em situações de emergência. Está comprovado cientificamente que o uso irracional desse método contraceptivo pode alterar o ciclo menstrual e sua eficácia é reduzida na prevenção de gravidez indesejada. Outros efeitos recorrentes pelo uso prologando são: a cefaleia, vômitos, náuseas, tonturas, entre outros sintomas. Importante ressaltar que geralmente as mulheres que se automedicam com AE desconhecem seus efeitos colaterais (Pêgo; et al., 2021).

A pílula do dia seguinte, como é conhecido o AE pode acarretar reações adversas em 50% das mulheres que fazem o uso indiscriminadamente, o uso irracional é preocupante, isso porque além de torna a eficácia do medicamento comprometida, pode trazer prejuízos a saúde e fertilidade feminina (Pêgo et al., 2021)

O AE é um medicamento imprescindível para evitar gravidez não planeada após coito sem proteção, é um fármaco altamente eficaz e que possui poucas reações adversas graves. No entanto, o que pode prejudicar a mulher é o seu uso de forma irracional. Sendo assim, a orientação farmacêutica contribuirá para que o uso correto seja feito aumentando a eficácia do anticoncepcional, além de reduzir os riscos de reações adversas (Rebelo et al., 2021).

#### **4. Conclusão**

O AE é um medicamento contraceptivo de indicação em casos de emergência devido a prática sexual desprotegida ou violência sexual. Trata-se de um fármaco altamente eficaz, no entanto, faz-se necessário à sua utilização de forma correta para evitar complicações futuras a saúde da mulher.

Estudos evidenciaram a frequente prática de automedicação quanto ao uso de AE principalmente entre adolescentes e jovens. Sendo assim, faz-se necessário que os profissionais de saúde se comprometam em campanhas orientativas sobre métodos contraceptivos discorrendo sobre seus benefícios e malefícios para saúde.

Outrossim, diz respeito a valorização do profissional de farmácia, pois é o preparado para o acompanhamento e orientações quanto ao uso adequado de medicamentos. No entanto, ainda são poucas as campanhas em saúde pública que enfatizam o papel desse profissional.

Com a crise na saúde pública e a dificuldade de acesso das pessoas às unidades básicas de saúde, incentivar a população a procurar pelo farmacêutico para orientações sobre o uso de medicamentos é uma importante estratégia para romper com o ciclo da automedicação. Destacando que tais profissionais estão presentes em todas farmácias e drogarias, sendo de fácil acesso pelo consumidor. Trata-se de mudança de cultura.

Sobre a atuação do farmacêutico ficou evidente que estes possuem conhecimentos sobre as indicações e contraindicações do AE e que fazem orientação aos consumidores para o uso racional dos mesmos. No entanto, percebeu-se que como a venda é livre, muitos consumidores utilizam indiscriminadamente sem orientação profissional tais produtos/medicamentos.

#### **Referências**

- Barbosa, M., & Nerilo, S. B. (2017). Atenção farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos. *Revista Uningá*, 30 (2). <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/2010>.
- Carmo, M. S. A. C., & Duarte, S. F. P. (2017). Perfil das usuárias de anticoncepcionais de emergência: uma revisão sistemática. *Id on Line Rev. Psic.*11(35). Maio/2017 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.



- Cordeiro Júnior, E. M., & Abreu, T. (2021). Atuação do profissional farmacêutico na automedicação. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(9), 216–229. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i9.2151>.
- Costa, W. R., Pugliese, F. S., Silva, M. S., & Andrade, L. G. (2021). Pílula do dia seguinte: a importância da atenção farmacêutica no uso de contraceptivo de emergência para adolescentes. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(8), 932–940. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i8.2039>.
- Ferreira, R. L., & Terra Júnior, A. T. (2018). Estudo sobre a automedicação, o uso irracional de medicamentos e o papel do farmacêutico na sua prevenção. *Rev Cient FAEMA: Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA*, 9, 570-576, <http://dx.doi.org/10.31072>.
- Freitas, M. R. S. O papel do farmacêutico no combate a automedicação. <https://repositorio.unifaema.edu.br/handle/123456789/2829>.
- Garcia, F. G., Oliveira, I., & Resende, D. Conhecimento de mulheres em idade fértil sobre o uso da pílula do dia seguinte como método contraceptivo emergencial. [https://revistaideario.com/pdf/revistas/Revista.Ideario.N6.01\(2016\).pdf](https://revistaideario.com/pdf/revistas/Revista.Ideario.N6.01(2016).pdf).
- Gomes, A. C. (2014). Pílula do dia seguinte: avaliação do conhecimento de utilização pela população. <http://hdl.handle.net/10400.6/5336>.
- Lacerda, J. O. S., Portela, F. S., & Marques, M. s. (2019). O uso indiscriminado da anticoncepção de Emergência: uma Revisão Sistemática da Literatura. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* 13(43), 379-386, 2019. Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.
- Lahmann, L. A., & Ecker, A. B. S. (2021). Avaliação do conhecimento do uso da anticoncepção de emergência de estudantes em um Centro Universitário da Região Noroeste do Paraná. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 7(11), 108729-108742 nov.
- Lima, D. S., & Guedes, J. P. M. (2021). Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e automedicação. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (15), e263101522827. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22827>.
- Matsuda, J. S., & Giotto, A. C. (2019). Contraceptivo de emergência, sua funcionalidade e a atenção farmacêutica na garantia de sua eficácia. *Revista De Iniciação Científica E Extensão*, 2(3), 154–162. <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/250>.
- Medeiros, M. F. O uso da pílula do dia seguinte por estudantes universitárias. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202044>.
- Oliveira, M. C. S., & Rodrigues Júnior, O. M. Acompanhamento farmacoterapêutico do uso racional de contraceptivo de emergência: pílula do dia seguinte. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (15), e522101523274. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23274>.
- Pêgo, A. C. L., & Chaves, S. S., & Morais, Y. de J. (2021). Falta de informação e possíveis riscos sobre o uso excessivo da pílula do dia seguinte (levonorgestrel). *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (12), e511101220611. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20611>
- Pereira, L. S. M., Guimarães, T. A., Figueiredo, F. J. B., Ruas, L. P. R., Andrade, V. F., Pinheiro, T. A., & Pinheiro, T. A. (2021) Percepção de uma comunidade acadêmica sobre a utilização da pílula do dia seguinte. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, 4(4), 15702-15714
- Portela, C. G. Uso discriminado da pílula do dia seguinte. <http://repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/395>.
- Queiroz, M. V. O., Alcântara, C. M., Brasil, E. G. M., & Silva, R. M. (2016). Participação de adolescentes em ações educativas sobre saúde sexual e contracepção. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 29, 58–65. <https://doi.org/10.5020/18061230.2016.sup.p58>.
- Rebello, G., Amorim, J., Santos, L., & Marias, P. (2021). Uso indiscriminado da pílula do dia seguinte e a importância da informação para usuárias: uma revisão sistemática. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, 4(6), 27802-27819 nov./dec.
- Rodrigues, A. A importância da atenção farmacêutica na prevenção da automedicação. <http://65.108.49.104/handle/123456789/179>.